

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Instabilidade política domina reunião com o SEAP

O **SINTAP** reuniu hoje com o Secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, no Ministério das Finanças, em Lisboa, tendo em vista a primeira reunião negocial do anteprojecto da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, num processo que se prevê que decorra até ao final do mês de Julho.

Não obstante a importância do documento em causa, que procura compilar e sistematizar legislação dispersa da Administração Pública – reduzindo a um diploma de cerca de 400 artigos o que actualmente se encontra disperso em mais de 1200 artigos de oito diplomas –, a reunião de hoje acabou por ser, em grande parte, dominada pela instabilidade política que se vive no país.

Tendo sido apresentado como um trabalho elaborado com total liberdade científica e intelectual, o **SINTAP** considera, contudo, que o documento em análise, além de ser conceptualmente desligado da realidade do país e dos serviços públicos, está também fortemente marcado ideologicamente.

Além disso, o **SINTAP** manifestou a sua forte discordância face a capítulos importantes do anteprojecto, nomeadamente no que diz respeito aos limites que impõe à negociação colectiva, ao aumento do horário de trabalho e ao Sistema de Requalificação Profissional/Mobilidade Especial (sendo que estes dois últimos encontram-se actualmente em discussão pública em diplomas autónomos e deverão depois integrar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

Apesar de sempre ter reivindicado a necessidade de simplificação e agilização do enleado legal no qual a Administração Pública portuguesa se foi envolvendo ao longo das décadas, a grande preocupação que o **SINTAP** levou para a reunião de hoje foi a de procurar clarificar, junto de Hélder Rosalino, o que podem os trabalhadores esperar face à legislação que se encontra em discussão pública na Assembleia da República, nomeadamente a que diz respeito ao aumento do horário de trabalho e ao Sistema de Requalificação Profissional/Mobilidade Especial.

No entanto, o Secretário de Estado confessou a sua incapacidade para dar qualquer resposta quanto ao futuro desses diplomas e a sua insignificância face aos desenvolvimentos políticos e apelou no sentido de que a reunião decorresse com toda a normalidade, como se nada se estivesse a passar fora da mesa negocial. Considerando o delicado momento que vivemos, o **SINTAP** alertou para a necessidade de que um processo desta natureza e complexidade não ser conduzido apressadamente e envolto em instabilidade e críspação, e sim num ambiente de estabilidade política e social.

Perante esta conjuntura, o **SINTAP** exige a rápida resolução da crise política, no sentido de conferir estabilidade ao País e aos trabalhadores dos Serviços Públicos, certo de que a solução passa, inevitavelmente, pela aposta em políticas que coloquem a negociação colectiva, o Estado Social, o crescimento e o emprego como pedras basilares da construção de uma sociedade justa, próspera e solidária.

Lisboa, 3 de Julho de 2013